

## DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º DL n.º 18/2008 de 29 de Janeiro)

1. Regina Cláudia Galvão de Brito, titular do cartão do cidadão n.º 11135353, residente na Rua da Linha Férrea nº10 4700-711 Palmeira, na qualidade de representante legal de **Árvovvalor, LDA., NIF 508 703 379**, com sede em Lugar do Carvalhal, cx 302, 4970-135 Eiras Arcos de Valdevez, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Ajuste Directo para empreitada de **“Requalificação arbórea do Mezio”** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, excetuando o preço base.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:
  - a. Declaração de aceitação, conforme previsto na alínea a) do n.º1 do artigo 57º do CCP (modelo constante do Anexo I do citado diploma);
  - b. Proposta de preço que inclui a lista de preços parciais dos trabalhos;
  - c. Proposta de preços parciais dos trabalhos que se propõe executar correspondente às habilitações contidas no alvará;
  - d. Plano de trabalhos;
  - e. Plano de mão-de-obra para a execução dos trabalhos;
  - f. Plano de equipamento;
  - g. Plano de pagamentos e respetivo cronograma financeiro;
  - h. Memória descritiva e justificativa do modo e execução da obra;
  - i. Lista de preços unitários;
  - j. Cópia da certidão permanente.
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a. Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b. Não foi condenado, por sentença transitada em julgado, por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- c. Não foi objecto de aplicação da sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d. Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e. Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f. Não foi objecto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea e) do n.º1 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460º do Código dos Contratos Públicos;
- g. Não foi objecto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea b) do n.º1 do artigo 627º do Código do Trabalho;
- h. Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i. Não foi condenada por sentença transitada em julgado, nem foram condenados os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência por alguns dos seguintes crimes:
  - i. Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
  - ii. Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
  - iii. Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
  - iv. Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da



utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

- j. Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão de proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia a constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código de Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e) e i) do n.º 4 desta declaração.

O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento.

Arcos de Valdevez, 09 de Setembro de 2016

  
**ÁRVOVALOR, Unip., Lda.**  
A Gerência

(Cláudia Brito)